



NOVAS TENDÊNCIAS DO PROCESSO CIVIL: ESTUDOS SOBRE O PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

FREIRE, Alexandre; DANTAS, Bruno; NUNES, Dierle et alli (Orgs). Salvador: Jus Podivm, 2013.

*Por **Luiz Fux**

A democracia brasileira vive uma nova era. Foi-se o tempo em que as mais diferentes nuances da vida social eram moldadas pela vontade de uma minoria politicamente vitoriosa. No plano do Direito, tantas foram as leis que, em nossa história, refletiram apenas o ideário de um destacado jurista ou de uma classe predominante, muitas vezes invocando a impossibilidade de consenso acerca de questões sensíveis das relações públicas e privadas. A codificação encartava o deliberado objetivo de promover a mudança *ex abrupto*, quando, na verdade, o corpo social é que deve definir a regulação que melhor atenda aos seus anseios. Como resultado, vimos nascer estatutos completamente desconectados da realidade prática. Estendiam-se logorricamente em temas de somenos importância e omitiam-se em pontos fulcrais, apesar da sua pretensão de completude.

A nação brasileira evoluiu e assim também a sua noção de regime democrático, constatando-se que nenhum controle por meio da força tem vida longa, assim como que a imposição da vontade da maioria é a antítese do ideário de sociedade livre. Nossa democracia se consolida a pouco e pouco como o governo por meio do debate, tal como imaginada por Amartya Sen¹. Democracia deliberativa que é, reconhece como legítimo apenas o domínio da razão, que se produz por instituições sociais canalizadoras dos anseios de quem quer que deseje manifestar-se, em uma arena onde o único duelo esperado é o da argumentação. Não se trata de extrair o re-

sultado democrático de um mero cálculo matemático das vontades expressadas, e sim de obtê-lo em um ambiente aberto à participação de qualquer interessado e no qual ideias tomam corpo pela persuasão racional².

É nesse novo modelo de debate público que o projeto do novo Código de Processo Civil foi gestado³. Não é um Código dos juízes, nem dos advogados, dos membros do Ministério Público ou mesmo dos defensores públicos. Sua preocupação central, como não poderia deixar de ser, é com o jurisdicionado. Precisamente por isso, optou-se por um modelo publicista de processo, em contraposição ao sistema puramente individualista tão criticado na doutrina pátria e alienígena⁴. O processo judicial moderno, para que cumpra sua função social, deve ser estruturado de forma a dar concretude aos valores que transcendem os fins privados inerentes ao modelo clássico e constituem o núcleo da moralidade pública⁵. E a consecução desse desiderato não prescinde do esforço conjunto e articulado de todos os operadores do direito⁶.

É imperioso, ademais, o abandono da suposição, muito bem descrita por Ovídio Baptista, de que a jurisdição se resume a uma monótona e estereotipada aplicação mecânica da lei, na qual um legislador sábio e previdente previra todos os litígios futuros e lhes dera antecipadamente a solução adequada⁷. O projeto do Código de Processo Civil, atento aos preceitos metodológicos do pós-positivismo, preocupa-se com o balizamento da atividade jurisdicional na resolução dos casos difíceis⁸. O capítulo inaugural alberga uma plêiade de princípios jurídicos que tornam o Código mais permeável à incidência das garantias fundamentais do processo e facilitam a tarefa do julgador em face de situações não contempladas nas regras jurídicas. O respeito aos princípios será dever inarredável do magistrado e das partes nas hipóteses em que necessária a adaptabilidade do procedimento para melhor atender à situação *sub judice*, o que afasta por completo a falácia, por vezes propagada, de que nesses casos o arbítrio da

aplicação fria das leis (*dura lex, sed lex*) seria substituído pelo arbítrio dos juízes⁹. Em uma democracia constitucional deliberativa, não há margem para o arbítrio de quem quer que seja.

A presente obra representa um limpo retrato desse panorama. Reúne ideias, comentários e proposições de teóricos do Direito oriundos das mais diversas áreas do labor jurídico, que compartilham sua experiência para unir-se à reflexão daqueles que se dedicam exclusivamente à Academia. O objetivo comum, como não poderia deixar de ser, é a transposição da ideologia humanista que predomina na sociedade brasileira pós-88 para a técnica processual, de modo que, em nenhum momento, se desvirtue o caráter instrumental do processo civil. Como alerta Michele Taruffo, a técnica serve para fabricar o instrumento processual, enquanto a ideologia determina os escopos que o processo deve alcançar. Ambos são conjuntamente necessários e separadamente insuficientes: a técnica sem a ideologia é vazia, ao passo que a ideologia sem a técnica é impotente¹⁰.

Por tudo isso, o novo Código de Processo Civil não pode ser acusado de incorporar uma única orientação científica. Ao revés, sua construção tem raízes profundas no debate popular, fruto de uma centena de audiências públicas; do acolhimento majoritário da colaboração dos segmentos científicos profissionais, mercê do aproveitamento de mensagens eletrônicas do meio jurídico em geral.

Desta sorte, como bom filho da "Constituição cidadã", nada mais justo que atribuir-lhe o nome de "Código de Processo Civil democrático".

Subjaz, por fim, a certeza de que a presente obra, abordando, com inteligência ímpar o novo sistema processual revela-o à altura do Estado democrático de Direito, lavrado em tintas fortes pelo ideário da nossa nação, inspirado pela proteção de Deus.

* **Luiz Fux** é ministro do Supremo Tribunal Federal e professor titular de Direito Processual Civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.